

INDICE PARA GESTÃO MUNICIPAL (IGM)

Fábio Luiz Lima de Freitas

Acadêmico do curso de marketing, autor de artigos científicos, premiado em 1º lugar no Prêmio Qualidade do curso de marketing pelo Centro Universitário da Bahia- FIB. Diretor de Pesquisa da Empresa Júnior – curso de marketing (FIB), bolsista FAPESB- Fundação de Amparo a Pesquisa do Estado da Bahia.

Sheila Rangel

Economista. Doutora em Engenharia de Produção pela UFSC – Universidade Federal de Santa Catarina. Autora de livros e artigos científicos. Lecionou na UNISUL – Universidade do Sul de Santa Catarina. Atualmente é pesquisadora e professora adjunta do Centro Universitário da Bahia-FIB.

Resumo

Esta pesquisa propõe um índice para gestão municipal. A partir da composição de algumas variáveis, os autores sistematizaram um índice, para a avaliação do desenvolvimento municipal. Trabalhou-se com a hipótese de que as variáveis de controle (representadas por melhoria da escolaridade, carga tributária e o poder de compra detectado entre o valor do salário mínimo e cesta básica; investimento na saúde) são capazes de interferir nas variáveis dependentes (representadas pela melhoria na renda; desemprego e longevidade). Este índice é uma ferramenta que poderá auxiliar no processo de gestão municipal com o objetivo de planejar, acompanhar e avaliar o desenvolvimento da localidade em questão.

PALAVRAS CHAVES: Índice, desenvolvimento, municípios.

Introdução

Atualmente, não existe um índice para medir e acompanhar desenvolvimento municipal. Diante disso, o presente trabalho apresentará, uma proposta de índice para a gestão municipal, mostrando como podem ser medidos e controlados os indicadores, que compõem o referido índice.

Vale ressaltar a diferença entre índices e indicadores. Segundo Guindani (1999), os indicadores representam cada variável; já os índices representam uma combinação de variáveis que são elaborados, para cumprir funções de simplificação, quantificação, análise e comunicação, permitindo entender fenômenos complexos, tornando-se quantificáveis e compreensíveis, oferecendo um diagnóstico da realidade social.

Segundo Mitchell (1997), um indicador é uma ferramenta que permite a obtenção de informações sobre uma dada realidade. Tem como principal característica poder sintetizar um conjunto complexo de informações, retendo apenas o significado essencial dos aspectos analisados. É visto ainda como uma resposta sintomática às atividades exercidas pelo ser humano dentro de um determinado sistema.

O indicador contribui para: a) facilitar o processo de tomada de decisão; b) tornar perceptível uma tendência que ainda não é detectável; c) quantificar as informações rapidamente; d) “ajudar a identificar tendências e ações relevantes, bem como avaliar o progresso em direção a um objetivo” (KLINE, 1994, p.26); e) “detectar distúrbios/direcionar planejamento” (SCATOLIN, 1989,p.45); f) ” medir o progresso” (KLINE, 1994, p.39).

Considera-se que um indicador não vai definir o desenvolvimento municipal; ele é apenas uma ferramenta que permite a sua interpretação. Os indicadores não detectam limites; estes são estabelecidos pelo padrão, de acordo com os valores e objetivos que regem uma determinada realidade, pois, novamente, o indicador é apenas uma medida, e sua interpretação, a partir do padrão determinado, estabelecerá se o limite foi ultrapassado ou respeitado, ou auxiliará na determinação de alguns limites, desconhecidos inicialmente.

Muitos indicadores são agregados em índices, que serão usados para comunicar os resultados da avaliação. Os índices, porém, apresentam um perigo: podem deixar os números sem sentido ao mascarar algumas tendências.

Segundo Mccann (1995) indicadores vão variar em função da metodologia usada, do público alvo, da disponibilidade de dados e do usos pretendido. Um único conjunto, determinado, de indicadores, não pode fornecer informações para todas as realidades, em função da relatividade espacial, isto é, das características de cada conjuntura analisada.

Indicadores não são suficientes em si mesmos. MacDonald (1996) ressalta que um indicador não substitui a ação, mas identifica áreas de preocupação que devem receber atenção.

1. Índice para o Desenvolvimento Municipal (IGM)

O índice proposto para avaliar o desenvolvimento municipal origina-se da composição de 2 (dois) tipos de elementos, sendo eles: de controle e dependentes. Salientando que as variáveis de CONTROLE correspondem as variáveis de causa, ou seja, que conseguem interferir provocando alguma consequência em outras variáveis e as DEPENDENTES correspondem as variáveis de efeito, ou seja, que respondem aos estímulos propiciado pelas variáveis externas (de controle).

* **Elementos de controle:** melhoria da escolaridade, redução de impostos e a relação entre o poder de compra da cesta básica e o salário mínimo, investimento na área de saúde.

* **Elementos dependentes:** renda dos residentes que concluíram o 2º grau, desemprego e longevidade.

O IGM – Índice para o Desenvolvimento Municipal, aponta que quanto maior forem os esforços das políticas públicas direcionados aos elementos de controle (acima mencionado), maior será o reflexo dos elementos dependentes (acima mencionado) e, conseqüentemente, haverá uma melhor satisfação no desempenho no IGM.

Numa perspectiva de desenvolvimento municipal, as causas da insustentabilidade detectadas pelo índice pode resultar em formulações de ações corretivas. Estas ações encontrariam respaldo nas políticas públicas, que demonstra cada vez mais estar ciente da problemática do desenvolvimento municipal, fator esse que contribui decisivamente para as mudanças nas relações homem-meio.

No entanto, deve-se ressaltar que, segundo Troster (1999), o desenvolvimento de cada país, estado ou município depende, também, das suas características próprias (situação geográfica, passado histórico, extensão territorial, população, cultura e recursos naturais).

2. Conceito das variáveis do índice proposto para gestão municipal (IGM)

Foram selecionadas as seguintes variáveis (melhoria da escolaridade, carga tributária e o poder de compra detectado entre o valor do salário mínimo e cesta básica; investimento na saúde; renda dos residentes que concluíram o 2º grau; desemprego e longevidade), para constituir o índice proposto para a gestão municipal. A seguir, será apresentado o conceito de cada variável do índice proposto.

2.1 Renda dos residentes que concluíram o 2º grau:

Neste trabalho, a renda deve ser entendida como sendo o rendimento obtido pelos residentes que concluíram o 2º grau. Tomou-se como base a população que conclui o 2º grau, pois esta é a faixa de escolaridade que predomina na realidade brasileira. Vale ressaltar, que para aplicação dessa variável, torna-se necessário fazer um levantamento para avaliar a classe predominante da localidade, em que será aplicado o indicador.

Para efeito de cálculo deste indicador, aplica-se a fórmula (QUADRO 1), diante disso torna-se necessário **identificar valores observados, os máximos e os mínimos**, para viabilizar a quantificação. Nesse contexto, os parâmetros adotados para a variável renda, ao longo da aplicação da fórmula foram os seguintes:

I_i^0 = corresponde aos valores médios observados da renda familiar, em porcentagem, da localidade em questão.

I_i^{\min} = para o valor mínimo adotou-se os limites da condição de eficiência (QUADRO 2), no qual para o pior valor utiliza-se o valor **0 (zero)**. Isso significa, a pior renda, ou seja, o valor correspondente ao salário mínimo vigente.

I_i^{\max} = para o valor máximo adotou-se os limites da condição de eficiência (QUADRO 2), no qual para o melhor valor utiliza-se o valor **1 (um)**. Isso significa, que o ponto máximo da renda, seria atingido, somente, se 100% da localidade atingisse uma renda familiar de 4 salários mínimos. Este valor foi estabelecido na perspectiva da escala máxima da classe D em relação ao critério Brasil de avaliação da classe sócio-econômica (Barreto; Bochi et al, 2002).

2.2 Escolaridade :

Pessoas com menos de quatro anos de escolarização não possuem as habilidades de leitura, escrita e cálculo para fazer face às necessidades da vida social dos nossos tempos. Por esse padrão, cerca de 800 a 900 milhões de pessoas no mundo jamais poderão cumprir algumas tarefas simples e corriqueiras em sua vida pessoal e profissional, tais como: ler uma estória infantil para seus filhos, cozinhar seguindo uma receita, ler (e entender) um jornal ou uma revista, entender as instruções de montagem de um brinquedo, consultar o menu de restaurantes, ler os ingredientes de uma embalagem de alimento ou remédio, ler o rótulo de um produto de limpeza, preencher um formulário de emprego, entender suas contas de água, luz e telefone, ler as instruções de segurança de um equipamento etc (KELLER *apud* MOREIRA, 2000,p.36)

É importante reconhecer a magnitude das relações entre escolaridade e rendimento do trabalho, conforme Pereira (2001), “o nível educacional é um dos fatores determinantes do diferencial de renda. Como relação de causa e efeito, um ano adicional de educação formal eleva tanto a produtividade do trabalhador, quanto o seu rendimento”. A melhoria do nível de escolaridade amplia os horizontes dos pescadores, os quais procuram e usam mais informação e adotam mais facilmente novas tecnologias.

Diante disso, para efeito de cálculo deste indicador, **aplica-se a fórmula** (QUADRO 1), para quantificar os **valores observados, os máximos e os mínimos**. Nesse contexto, os parâmetros adotados para a variável escolaridade, ao longo da aplicação da fórmula foram os seguintes:

I_i^0 = corresponde aos valores médios observados dos membros da família, que concluíram o 2º grau, em porcentagem, da localidade em questão.

I_i^{\min} = para o valor mínimo adotou-se os limites da condição de eficiência (QUADRO 2) , no qual para o pior valor utiliza-se o valor **0 (zero)**. Isso significa, a não existência de residentes, que concluíram o 2º grau.

I_i^{\max} = para o valor máximo adotou-se os limites da condição de eficiência (QUADRO 2), no qual para o melhor valor utiliza-se o valor **1 (um)**. Isso significa, que o ponto máximo da escolaridade, seria atingido, somente, se 100% dos residentes concluíssem o 2º grau.

2.3 Cesta básica / Salário Mínimo: Esta variável, aqui abordada está vinculada ao poder de compra detectado entre o valor do salário mínimo e a cesta básica. Para esta variável foi construído uma lista de itens que irão compor a referida cesta básica. Vale salientar que, nesta cesta básica, será necessário contextualizar a gastronomia local. Esta variável, será testada no município de Salvador, diante disso a referida cesta básica contemplou os itens de consumo local, conforme ANEXO 1.

Esta variável foi selecionada, pois através da melhoria do poder de compra o indivíduo terá melhor acesso a “alimentação” e a “comida”. DaMatta (2004), faz uma distinção bem clara a respeito desses dois conceitos.

Sabemos que nem tudo que é alimento é comida. Alimento é tudo aquilo que pode ser ingerido para manter uma pessoa viva; comida é tudo que se come com prazer, de acordo com as regras mais nobres de preparo, serviço e comensalidade [...] É, então, a comida que põe as coisas em foco e ajuda a estabelecer uma identidade, definindo um grupo, classe ou pessoa. (DAMATTA, 2004, p. 31)

Para efeito de cálculo **deste indicador**, aplica-se a fórmula (QUADRO 1), diante disso torna-se necessário **identificar valores observados, os máximos e os mínimos**, para viabilizar a quantificação. Nesse contexto, os parâmetros adotados para a variável dos meios de produção, ao longo da aplicação da fórmula foram os seguintes:

I_i^0 = corresponde ao valor médio observado (em porcentagem), em que o residente gasta com a cesta básica.

I_i^{\min} = para o valor mínimo adotou-se os limites da condição de eficiência (QUADRO 2) , no qual para o pior valor utiliza-se o valor 1,0 . Isso significa, que a cesta básica está comprometendo 100% do salário mínimo do indivíduo, em relação ao salário mínimo.

I_i^{\max} = para o valor máximo adotou-se os limites da condição de eficiência (QUADRO 2), no qual para o melhor valor utiliza-se o valor 0,2. Isso significa, que o ponto máximo desta variável deveria corresponder a um gasto de 20% do salário mínimo.

2.4 Carga tributária sobre produtos:

Esta variável contempla o percentual de impostos pago em relação ao preço do produto. Contextualizando, a realidade brasileira, observa-se que a média de impostos observado é de 40% do valor do produto.

Para efeito de cálculo deste indicador, **aplica-se a fórmula** (QUADRO 1), diante disso torna-se necessário **identificar valores observados, os máximos e os mínimos**, para viabilizar a quantificação. Nesse contexto, os parâmetros adotados para a variável da carga tributária, ao longo da aplicação da fórmula foram os seguintes:

I_i^0 = corresponde aos números médios observados da carga tributária cobrada em relação ao preço do produto, em porcentagem, da localidade em questão.

I_i^{\min} = com base nos dados citado por Jardim (2006), considerando-se os países em desenvolvimento adotou-se o valor mínimo de **40%, ou seja; 0,40**. Isso significa, que este é o limite máximo que poderá ser descontado da renda de um indivíduo, ou seja, o resultado da conta renda menos carga tributaria tem-se, neste momento, o valor mínimo, contextualizando que este necessitará de uma renda disponível para custear sua subsistência.

I_i^{\max} = com base nos dados citado por Jardim (2006), considerando-se os países em desenvolvimento adotou-se o valor máximo de **16%, ou seja; 0,16**. Isso significa, que este é o limite mínimo que poderá ser descontado da renda de um indivíduo, visando a manutenção do estado e melhoria da renda disponível, para custear a subsistência dos indivíduos.

2.5 Investimento na Saúde

Gastos Públicos com Saúde na América Latina

Países selecionados - 1990 (Em US\$ internacionais)

Países	Gasto Público com Saúde (Em US\$ bilhões)	Produto Bruto Per Capita (Em US\$)	Gasto Público c/saúde Per-capita (Em US\$)	Gasto Público c/saúde como % do PIB
Argentina	8,3	3.265,03	255,82	5,85
Brasil	19,1	3.469,33	127,34	2,76
Chile	2,6	2.109,67	198,90	3,32
Costa Rica	1,1	2.031,49	378,00	7,50
México	16,0	2.825,16	189,71	3,10
Panamá	0,5	1.991,64	209,19	5,18
Uruguai	1,1	2.656,10	371,61	6,32
Venezuela	2,5	2.445,70	129,10	1,96

Fonte: GOVINDARAJ, R. et alii, Health Expenditures in Latin America, World Bank Technical Paper Number 274 (Ed. World Bank, Washington, DC, 1995).

Obs: o Gasto Público refere-se à soma dos gastos em todas as esferas de Governo (federal, estadual e municipal). Em alguns países (como o Brasil) o dado é de 1989. Os dados estão apresentados em ICPP (International Comparative Power Purchase) e diferem, no caso do Brasil, dos apresentados na tabela para o ano de 1989, que estão em dólares constantes de 1990. <http://www.mre.gov.br/cdbrasil/itamaraty/web/port/polsoc/saude/fsetor/index.htm>

Para efeito de cálculo deste indicador, aplica-se a fórmula (QUADRO 1), diante disso torna-se necessário **identificar valores observados, os máximos e os mínimos**, para viabilizar a quantificação. Nesse contexto, os parâmetros adotados para a variável da saúde, ao longo da aplicação da fórmula foram os seguintes:

I_i^0 = corresponde aos números médios observados do investimento na saúde, em porcentagem, da localidade em questão.

I_i^{\min} = para o valor mínimo adotou-se os limites da condição de eficiência (QUADRO 2), no qual para o pior valor utiliza-se o valor **0,20**. Isso significa, que deveria ser investido, 1,9% do gasto público com saúde em relação ao PIB. Este

valor mínimo foi obtido através do mínimo investido na América Latina, em saúde pública conforme citado por Govindaraj; et al (1995).

I_i^{\max} = para o valor mínimo adotou-se os limites da condição de eficiência (QUADRO 2), no qual para o pior valor utiliza-se o valor **1,0** . Isso significa, que deveria ser investido, 8% do gasto público com saúde em relação ao PIB. Este valor máximo foi obtido através do máximo investido na América Latina, em saúde pública conforme citado por Govindaraj; et al (1995)

2.6 Desemprego

Para efeito de cálculo deste indicador, **aplica-se a fórmula** (QUADRO 1), diante disso torna-se necessário **identificar valores observados, os máximos e os mínimos**, para viabilizar a quantificação. Nesse contexto, os parâmetros adotados para a variável da carga tributária, ao longo da aplicação da fórmula foram os seguintes:

I_i^0 = corresponde aos números médios observados no nível de desemprego, **em porcentagem**, da localidade em questão.

I_i^{\min} = para o valor mínimo adotou-se os limites da condição de eficiência (QUADRO 2), no qual para o pior valor utiliza-se o valor **0,40** . Isso significa, que deverá haver, apenas, 40% da população desempregada em relação a população total, na localidade em questão.

I_i^{\max} = para o valor mínimo adotou-se os limites da condição de eficiência (QUADRO 2), no qual para o pior valor utiliza-se o valor **0,00** . Isso significa, que o máximo de aceitação de desemprego será de 0% da população total.

2.7 Longevidade

Para efeito de cálculo deste indicador, **aplica-se a fórmula** (QUADRO 1), diante disso torna-se necessário **identificar valores observados, os máximos e os mínimos**, para viabilizar a quantificação. Nesse contexto, os parâmetros adotados para a variável longevidade, ao longo da aplicação da fórmula foram os seguintes:

I_i^0 = corresponde aos números médios observados de longevidade, em porcentagem, da localidade em questão.

I_i^{\min} = para o valor mínimo adotou-se os limites da condição de eficiência, no qual para o pior valor utiliza-se o valor **0,60**. Isso significa, que o valor mínimo da longevidade, em 2006 observado nos municípios brasileiros, segundo dados do IBGE *apud* PEREIRA (2005) foi de 60 anos.

I_i^{\max} = para o valor máximo adotou-se os limites da condição de eficiência, no qual para o pior valor utiliza-se o valor **0,80**. Isso significa, que o valor máximo da longevidade, em 2006 observado nos municípios brasileiros, segundo dados do IBGE *apud* PEREIRA (2005) foi de 80 anos.

3. Critérios de Avaliação do Índice Proposto (IGM)

Para elaboração do IGM utilizou-se como referência o IDS. O Índice de Desenvolvimento Social (IDS), desenvolvido pela Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente de Santa Catarina (SDM/SC), teve como base para sua criação o IDH – Índice de Desenvolvimento Humano.

O modelo consiste em transformar os valores dos indicadores em índices que variem entre zero e um, de tal forma que os valores mais elevados indiquem melhores condições de desenvolvimento.

Os indicadores são avaliados através de parâmetros previamente estabelecidos, em que o melhor valor é a meta que se pretende atingir e o pior é o desempenho mais desfavorável a

ser atingido. Com base no valor observado para o indicador e nos limites estabelecidos para ele, obtém-se o índice através da seguinte fórmula:

Quadro 1 – Fórmula do IDH

$$\text{Índice} = \frac{\sum \frac{(I_i^o - I_i^{\min})}{(I_i^{\max} - I_i^{\min})}}{n}, \text{ onde:}$$

I_i^o = valor observado
 I_i^{\min} = pior valor
 I_i^{\max} = melhor valor
 n = nº de indicadores

Fonte: Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente/SC,2002.

Segundo PNUD- Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento *apud* Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente de Santa Catarina (2002) aplicação dessa expressão leva a que, por exemplo, em determinado município, o valor relativo apresenta-se em situação melhor, tenha o valor de um (1,00) e a pior, um valor de zero(0,00), situando-se por conseguinte, os demais municípios entre estes valores.

Desta forma o IGM, na sua interpretação determina que quando o índice se aproxima do valor (1,00), melhores são as condições de eficiência do indicador, piorando quando se aproxima do zero (0,00).

Foram estabelecidas cinco classes hierárquicas de desempenho, seguindo os parâmetros do PNUD *apud* Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente de Santa Catarina (2002):

Quadro 2 –Classes de desempenho PNUD

0,800 a 1,000 = alto
 0,650 a 0,799 = médio alto
 0,500 a 0,649 = médio
 0,300 a 0,499 = médio baixo

0,000 a 0,299 = baixo

Fonte: **Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente/SC,2002**

Segundo Guindani (1999) a desproporcionalidade de pesos entre os indicadores, desarticula o índice, já que a atribuição de um peso maior, para determinado indicador irá proporcionar maior conotação em detrimento de outros. Nessa perspectiva, o IGM não foi utilizado peso nos indicadores que compõem o referido índice.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa encontra-se em fase andamento, no qual pretende-se investigar com mais precisão cada variável, que sintetizará o referido índice proposto. Diante disso, a aplicação do índice só será efetuada após exaustiva análise de cada variável.

Vale ressaltar que a primeira limitação diz respeito as percepções da realidade sob ponto de vista do pesquisador. Quando o pesquisador objetiva desvendar alguns aspectos da realidade, outros pontos podem permanecer obscuros para o mesmo, tendo em vista a necessidade de aprofundamento da análise em alguns pontos, em detrimento de outros (MORGAN, 1986)

A segunda limitação está vinculada a falta de existência de dados, para se calcular outras variáveis que poderiam ser contempladas, na composição do referido índice proposto.

Outra limitação apresentada pela pesquisa diz respeito à própria finalidade a qual ela foi proposta. Quando se elabora índices, corre-se o risco de não ser bem interpretado pela comunidade científica, ou ainda não contemplar todos os aspectos que cercam aquela realidade, uma missão praticamente impossível. Desta forma, este trabalho almeja tornar-se mais uma alternativa, um modo de reflexão sobre o assunto, e nunca uma proposta definitiva.

5.REFERÊNCIAS

BARRETO, F ; BOCHI, R . et al. **Mercados pouco explorados descobrindo a Classe C**, 2002. Disponível on line em <http://www.estacio.br/graduacao/marketing/artigos>

DAMATTA, R . **O que é o Brasil ?**. Rio de Janeiro: Rocco, 2004

GOVINDARAJ, R. et al. **:Health Expenditures in Latin America**. Ed. World Bank, Washington, DC. 1995.

GUINDANI, S. **Indicadores de sustentabilidade em agroecossistemas: uma análise**, 1999. Dissertação (mestrado) –UFSC, Florianópolis-SC.

JARDIM, Lauro. O campeão absoluto de impostos. **Revista Veja**, São Paulo, ano 39, nº 33, p.102 , 2006.

KLINE, E. **Sustainable Community Indicators**, 1994. Disponível on-line em http://tdg.uoguelph.ca/www/FSR/collection/indicator/comm_indicators.txt

LAUSCHNER, R. **Coopertativismo e agricultura familiar**, 1994. Disponível em <gigaf.cnptia.embrapa.br>.

MacDONALD, S. **Benchmarking and Sustainability Indicators**. Rushmoor: Borough Concil, 1996. Disponível on-line em <http://www.rushmoor.gov.uk/gr916.htm>

MARX, K. **O Capital**, Livro 3, v.6. São Paulo: Difel, 1985, p.705.

McCANN, S. **Agricultural Indicators**: indicator program descriptions, 1995. Disponível on-line em <http://tdg.uoguelph.ca/www/FSR/collection/indicator/program.txt>

MITCHELL, G. **Problems and Fundamentals of Sustainable Development Indicators**, 1997. Disponível on-line em <http://www.lec.leeds.ac.uk/people/gordon.html>

PEREIRA, R. Média de vida sobe para 71,7 anos. **Jornal A Tarde**, Salvador, 02 de dez. 2005

SCATOLIN, F.D. **Indicadores de desenvolvimento**: um sistema para o estado do Paraná. Porto Alegre: UFRGS, 1989,2v. Dissertação (Mestrado em Economia Rural).

SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO URBANO E MEIO AMBIENTE DE SANTA CATARINA. **Mapas temáticos dos indicadores**. 2002. Disponível on-line em <http://www.sdm.sc.gov.br>

ANEXO 1 – ITENS DA CESTA BÁSICA DO IGM

ALIMENTAÇÃO	QUANTIDADE
ARROZ (TIPO 2) (PAC.1 Kg)	6
FEIJAO CARIOQUINHA (PAC. 1 Kg)	5
ACUCAR PAC. (5 Kg)	2
CAFE (550g)	3
FARINHA DE TRIGO (PAC. 1 Kg)	2
FARINHA DE MAND. TORRADA (500g)	4
BATATA (Kg)	3
CEBOLA (Kg)	2
ALHO (Kg)	0,2
OVOS BRANCOS Dz	3
MARGARINA (500g)	3
EXTRATO DE TOMATE(350/370g)	2
OLEO DE SOJA(900ml)	3
LEITE LIQUIDO (L)	5

MACARRAO (500g)	4
BISCOITO MAIZENA (200g)	2
CARNE DE 2ª kg	4
CARNE DE 2ª C/OSSO(Kg)	1,5
FRANGO RESFRIADO INTEIRO(Kg)	5
SAL (Kg)	1
LINGUICA FRESCA(Kg)	0,3
TOMATE (Kg)	2
CENOURA (Kg)	2
BISCOITO "Cream Cracker" (400g)	2
BUCHO (Kg)	1
PÃO (UN)	240
ÓLEO DE DENDÊ GARRAFA (250ml)	1
LEITE DE CÔCO GARRAFA (250ml)	2
BANANA (DÚZIA)	4
LARANJA (kg)	8
FARINHA DE FUBÁ DE MILHO (500g)	3
CÔCO SECO (UN.)	2
SARDINHA (peixe fresco-Kg)	2
PIMENTÃO (Kg)	0,5
VINAGRE (L)	1
COENTRO (UN)	4
CEBOLINHA (UN)	2
COMINHO PAC. (100g)	1
CORANTE PAC. (100g)	1
CARNE DE SERTÃO (Kg)	0,5
TOUCINHO (Kg)	0,3
PÉ DE PORCO (Kg)	0,2

HIGIENE	QUANTIDADE
PAPEL HIG.FINO(PAC. 4UN)	4
CREME DENTAL(TUBO-90g)	4
SABONETE(90g) UM	8
DESODORANTE SPRAY (90 A 100 ml)	2
ABSORVENTE (PAC. 8UN)	2
APARELHO DE BARBEAR (PAC. 2UN)	2
SHAMPOO 350ml	1
CONDICIONADOR 350ml	1

LIMPEZA	QUANTIDADE
SABAO EM PO (500Kg)	4
SABAO EM BARRA(PAC. 6UN)	2
AGUA SANITÁRIA (L)	2
DETERGENTE(500ml)	3
DESINFETANTE (750ml)	2
ESPONJA DE AÇO (pacote).	1
BUCHA DE PRATO (UN)	1